Identificação e valorização: auditores fiscais e agentes de tributos da Prefeitura têm novos distintivos e carteiras funcionais

Date : 08-08-2022

A partir de agora, os servidores da Secretaria de Finanças e Arrecadação Orçamentária (Sefin) que lidam diretamente com a arrecadação de tributos municipais dispõem de novos itens de identificação: um distintivo, que ostenta o brasão do Município de Vitória da Conquista, e uma carteira de identificação funcional, que traz na capa o brasão oficial da República. A entrega dos novos materiais foi feita pela prefeita Sheila Lemos nesta segunda-feira (8).

Secretário Sala: "É algo que parece simples, mas que ten grande significado esses distintivo e carteira funcional"

“É uma coisa simples, mas que tem um grande significado”, sintetizou o secretário responsável pela Sefin, Jonas Sala. O auditor fiscal Alexssandro Campanha concordou com Sala e agradeceu à prefeita em nome da categoria. “Durante muito tempo, não tivemos uma identificação adequada da nossa função”, ressaltou.

“Nós exercemos uma função de Estado, e, por isso, devemos estar melhor identificados. A

carteira e o distintivo, com a qualidade com que foram feitos, nos dá uma notoriedade pela própria importância do cargo que nós exercemos", acrescentou o auditor, que trabalha na Sefin há 22 anos.

Ao falar ao grupo de servidores, a prefeita Sheila Lemos afirmou que o significado da ocasião não se resumia à entrega do distintivo e da carteira funcional. "O simbolismo, na verdade, é dessa nova organização que nós estamos procurando fazer. O servidor deve ser sempre respeitado e valorizado", disse a gestora.

"Nós estamos arrecadando e reinvestindo na cidade, principalmente para quem mais precisa. E, por isso, nós precisamos, mais e mais, da atuação de vocês", concluiu Sheila.

O grupo que recebe os novos objetos é formado por três auditores fiscais e 17 agentes de tributos, todos efetivos, selecionados via concurso público. Eles são responsáveis pelo lançamento do crédito tributário – ou seja, trabalham diariamente para garantir a arrecadação de recursos por meio de tributos como IPTU, ISS e ITBI, além de taxas municipais e do repasse de valores do ICMS ao Município.